

MULHERES QUILOMBOLAS E AÇÕES DE AFIRMAÇÃO TERRITORIAL, URUAÇU-GO

ELEUSA MARIA LEÃO¹
ROSSELVELT JOSÉ SANTOS²
São Paulo

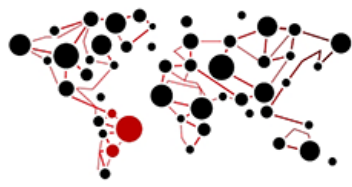
Resumo

O trabalho traz uma reflexão sobre os conteúdos da tese intitulada Mulheres Quilombolas e Ações de Afirmção Territorial, no município de Uruaçu-GO, defendida no programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia em maio de 2019. O objetivo é examinar as estratégias de afirmação territorial empreendidas pelas mulheres da Comunidade Quilombola Urbana João Borges Vieira, criada em 2008 e reconhecida como tal, pela Fundação Cultural Palmares, em 2009. O grupo é formado por 326 famílias que residem nos espaços rural e urbano do município. Alguns membros dessa comunidade formam a Associação da Comunidade do Quilombo Urbano João Borges Vieira para que juntos tenham força e consigam desenvolver estratégias que lhes possibilitem angariar recursos para uma vida mais digna. Estudamos as suas ações considerando as formas de trabalho e obtenção de renda, bem como a criação de uma identidade cultural. Nesse sentido, analisamos os propósitos do artesanato, produzido via economia solidária. As peças produzidas, notadamente camisetas e bonecas (denominadas Marias-Negras), são inspiradas nas tradições quilombolas. A confecção de camisetas e bonecas, dos mais variados tipos e tamanhos, procura resgatar uma tradição de produção secular das mulheres da comunidade. Paralelamente à produção artesanal, discutimos a criação de um grupo de tambor de crioula. Esse é o principal instrumento de resgate cultural da comunidade. Nessa perspectiva, enfocamos as repercussões de sua criação para os membros da comunidade proporcionando-lhes visibilidade e respeito social. Nesse contexto, a criação do grupo é interpretada como tradição inventada que, na visão de Hobsbawn e Ranger (1997), constitui-se num conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar nos participantes de uma comunidade certos valores e normas de comportamento através da repetição. Esse artigo apresenta também o cadastro de escolas estaduais e municipais como escolas de orientação quilombola. Trata-se de importante estratégia de afirmação territorial com as gerações mais jovens. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, cujos dados foram coletados por meio de trabalho de campo em que a observação e entrevistas se constituíram nos principais instrumentos de observação empírica daquela realidade. Os resultados da pesquisa indicam que já houve avanços em termos de afirmação étnica, política e cultural, principalmente, por meio da produção artesanal cada vez mais qualificada e diversificada, bem como do grupo de tambor que tem contribuído cada vez mais para a visibilidade da comunidade. O aporte teórico tem em Haesbaert (2016), Raffestin (1993), Hobsbawn ; Ranger (1997), Bauman (2005), Cucho (1999) e França (2002) as principais referências.

Palavras-chave: Mulheres- Quilombolas- Território -Identidade

¹ Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia. Professora de Sociologia no Instituto Federal de Goiás, Campus Uruaçu. E-mail de contato: eleusa.leao@ifg.edu.br

² Docente Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail de contato: rosselvelt.ufu@gmail.com



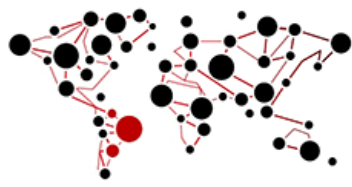
Abstract

This paper brings a reflection on the contents of the thesis titled *Women Quilombolas and Actions of Territorial Affirmation*, in the city of Uruaçu-GO, defended in the program of Post-Graduation in Geography of the Federal University of Uberlândia in May, 2019. The objective is to explore the territorial affirmation strategies undertaken by women of the Urban Quilombola Community *João Borges Vieira*, created in 2008 and recognized as such by the Palmares Cultural Foundation in 2009. The group is formed by 326 families that live in rural and urban spaces of the city. Some members of this community are part of the Community Association of the Urban Quilombo *João Borges Vieira* and, together, they have strength and can develop strategies that allow them to raise resources for a more dignified life. We have studied their actions considering the ways in which they work and get income, as well as the creation of a cultural identity. In this sense, we have analyzed the purpose of handicrafts, produced through supportive economy. The pieces produced, notably T-shirts and dolls (called Marias-Negras), are inspired by the quilombola traditions. The production of t-shirts and dolls of the most varied types and sizes seeks to rescue a century-old tradition of women's work in the community. Parallel to the artisanal production, we have discussed the creation of a Creole drum group. This is the main instrument for the cultural rescue of the community. From this perspective, we have focused on the repercussions of its creation to community members by providing them visibility and social respect. In this context, the creation of the group is understood as an invented tradition that, in Hobsbawm and Ranger's (1997) view, constitutes a set of practices, usually regulated by tacit or openly accepted rules; such practices, ritual or symbolic in nature, aim to inculcate in the participants of a community certain values and norms of behavior through repetition. This paper also presents the register of state and local schools as quilombo guidance schools. It is an important strategy of territorial affirmation with the younger generations. Methodologically, this is a qualitative research, whose data were collected through fieldwork in which the observation and interviews constitute the main instruments of empirical observation of that reality. The survey results indicate that there have been advances in terms of ethnic, political and cultural affirmation, mainly by artisanal production increasingly qualified and diverse, as well as the drum group that has contributed more and more to community visibility. The theoretical basis took Haesbaert (2016), Raffestin (1993), Hobsbawm; Ranger (1997), Bauman (2005), Cuche (1999) and França (2002) as main references.

Key-words: Women- Quilombolas-Territory- Identity

1 – Introdução

A comunidade Quilombola João Borges Vieira (CQJBV), reconhecida pela Fundação Cultural Palmares (FCP) em 2009, é formada por 326 famílias que residem nos espaços rural e urbano do município, cujos membros fazem parte do complexo grupo de brasileiros que sofrem com a informalidade, o desemprego ou subemprego, com a falta de qualificação profissional e levam uma vida abarrotada de dificuldades de várias ordens, principalmente econômica. Na perspectiva de escapar da situação histórica de desigualdade social e amparados pelo arcabouço legal surgido a partir da Constituição Federal de 1988, alguns membros dessa comunidade formaram a Associação da Comunidade do Quilombo Urbano João Borges Vieira (ACQUJBV), para que juntos tenham força e consigam desenvolver estratégias que lhes



possibilitem angariar recursos para uma vida mais digna. No território da ACQUJBV, o destaque é para a atuação das mulheres.

Nesse sentido, discutimos aqui a atuação da associação como uma instituição quilombola de afirmação territorial por intermédio de um artesanato representativo desse grupo étnico e, concomitantemente, possibilite a geração de renda e trabalho, da criação de um grupo de tambor, inventado para proporcionar visibilidade ao grupo e ações contundentes no processo de criação de escolas de orientação quilombola comprometidas em oferecer atendimento diferenciado aos alunos. Assim, a articulação artesanato, música, dança e os ensinamentos escolares foram se constituindo em maneiras, jeitos da comunidade existir pertencendo à sociedade com as suas diferenças identitárias.

A presente pesquisa é eminentemente qualitativa, na qual além da pesquisa bibliográfica, nos foi imprescindível o trabalho de observação em campo, bem como entrevistas abertas e em profundidade nos temas de afirmação étnica daquele grupo social.

2 – Discussão

De acordo com Saquet (2013, p. 127), “o território é produto das relações sociedade-natureza e condição para a reprodução social; campo de forças que envolvem obras e relações sociais (econômicas, políticas e culturais) historicamente determinadas”. Ainda segundo esse autor, o território pode ter um sentido material ou simbólico. Esse último se refere “a uma apropriação cultural e identitária do espaço. Ambos os sentidos são históricos e imanentes à vida social de um grupo num determinado lugar” (CICHOSKI; SAQUET, 2011, p. 152). Podemos asseverar que a ACQJBV foi se apropriando do espaço e a partir das suas diversas ações foi territorializando-o.

O território, nessa perspectiva, um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144).



Nessa perspectiva, afirmamos que após um processo de desterritorialização, por meio do qual a maioria das famílias saiu do espaço rural, ocorreu o processo de reterritorialização no espaço urbano, pois, a “[...] desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona o território, é a ‘operação da linha de fuga’” (HAESBAERT, 2016, p. 127) e a reterritorialização é o movimento de construção do território.

Portanto, a ACQJBV procura se afirmar territorialmente, principalmente a partir da elaboração de um artesanato que reforce a identidade do grupo, juntamente com a criação de um grupo de tambor visto que as questões de território e identidade estão intimamente interligadas. A identidade aqui é entendida na perspectiva de Bauman (2005):

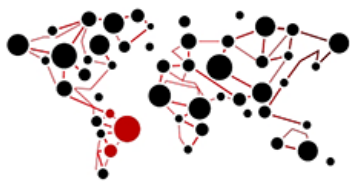
A identidade só nos é revelada como algo a ser inventado e não descoberto; como alvo de um esforço, “um objetivo”; como uma coisa que ainda se precisa construir a partir do zero ou escolher entre alternativas e então lutar por ela e protegê-la lutando ainda mais – mesmo que, para que essa luta seja vitoriosa, a verdade sobre a condição precária e eternamente inconclusa da identidade deva ser, e tenda a ser, suprimida e laboriosamente oculta (BAUMAN, 2005, p. 21-22).

A identidade vista como algo que precisa ser construído é reforçada pelas proposições de Hobsbawn e Ranger (1997) acerca da “tradição inventada”.

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (HOBSBAWN; RANGER, 1997, p. 9).

A tradição inventada objetiva impor um sentido consensual ao grupo, seu sentimento de unidade e identidade territorial. Essa construção identitária é uma forma de conquistar cidadania, estabelecendo formas de reconhecimento. Além disso, busca a inclusão em virtude de seus valores culturais. Trata-se de uma luta política, uma luta por reconhecimento, envolvendo uma existência lastreada na diferença étnica/cultural/social e por território.

2.1 A produção artesanal



Vivendo em sua maioria no espaço urbano, as mulheres da ACQUJBV vislumbraram a partir do artesanato a principal via tanto para a afirmação territorial quanto para a sua existência étnico/cultural, além das conquistas socioeconômicas. Mediante essa situação, as mulheres, que desde o início sempre se destacaram na organização da comunidade buscaram qualificação e formas de comercialização do seu artesanato.

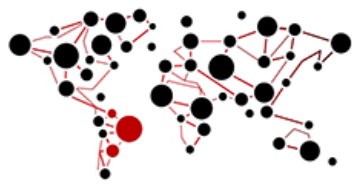
A concepção e elaboração das peças artesanais se iniciaram entre 2010 e 2011. As mulheres quilombolas relataram que o envolvimento delas decorre de um sonho de transformar o artesanato em fonte de trabalho e renda para as suas famílias. Dessa forma, a partir de um coletivo feminino, das mais variadas idades, começaram a fabricar bonecas de pano, tradicionalmente elaboradas pelas suas avós, as chamadas Maria-Negras.

No início do projeto quase tudo parecia difícil, quase impossível de tornar o projeto uma realidade. Não dispunham de estrutura, nem matéria-prima para a confecção das suas peças. Contudo, elas foram se juntando e revolvendo inúmeros problemas. Havia na comunidade a capacidade de perseverar.

As tentativas iniciais de comercialização do artesanato foram feitas em uma feirinha organizada pela associação de moradores no setor denominado de aeroporto, nas proximidades do estádio de futebol chamado Cajuzão. Tratava-se de uma venda em pequena escala servindo principalmente como vitrine, gerando possibilidade de ampliação das atividades. A tentativa foi exitosa visto que um dos executivos da Anglo American (empresa multinacional na área de mineração, localizada no município de Barro Alto) por meio do projeto denominado “*Mulheres Quilombolas Confeccionando Artesanato*” destinou recursos à capacitação das mulheres.

Na prática foram oferecidos vários cursos de curta duração e recursos financeiros para aquisição de máquinas de costura. A partir desse projeto, o trabalho com as bonecas de pano foi reforçando os objetivos das mulheres e influenciando a criação de outras peças de artesanato, resultando em várias inovações.

Para atender as demandas do mercado, as mulheres passam por constantes capacitações, o que tem contribuído para que as bonecas,



atualmente confeccionadas com materiais alternativos, tais como cabaça e garrafas de vidro, tenham acabamentos cada vez mais sofisticados. Além disso, há na elaboração de camisetas e outras peças de roupas a inclusão de temas culturais relacionados a etnia quilombola do lugar.



Figura 1 – **Conversa das artesãs sobre o trabalho realizado.**
Fonte: Arquivo próprio. Fevereiro de 2018.

Com relação à questão de roupas que afirmem a identidade pretendida pelos membros da comunidade, é preciso destacar que a construção identitária é um processo que envolve a elaboração de sentido. O modelo de vestuário elaborado pelas artesãs, seguramente decorre de concepções imagéticas. No processo de elaboração de peças de roupas, elas projetam formas e conteúdos que dialogam com seus imaginários, decorrentes de representações (simbolismos) que passam a compor o conjunto identitário daquele grupo social.

Ao longo da pesquisa, fomos percebendo que alguns componentes da comunidade começaram, juntamente com a produção de camisetas e outras peças, incluir o estilo africano. Nesse processo repleto de estratégias foram robustecendo um discurso identitário e de alteridade na medida em que se procura evidenciar cada vez mais a afirmação pela diferença.

Como nos afirma Cuche (1999, p.177), “[...] a identidade cultural aparece como uma modalidade de categorização da distinção nós/eles, baseada na diferença cultural”. Portanto, a produção das peças artesanais tem um duplo aspecto: de inclusão e exclusão. Ela identifica o grupo e o distingue dos outros. Esse foi o objetivo de se criar um artesanato diferenciado tendo nas Marias-Negras sua principal representação. Assim fica claro para nós que a discussão



da 'identidade' é, também, a discussão da 'alteridade', da diferença. 'Nós' e o 'outro' são pares indissociáveis (FRANÇA, 2002, p. 27).

As mulheres que confeccionam o artesanato na associação não possuem carteira de trabalho e ganham de acordo com a quantidade de peças elaboradas. Nesse sentido, o trabalho caracteriza-se como informal. Setor formado por pequenas atividades urbanas que geram renda em mercados desregulamentados, competitivos e nos quais é difícil a distinção entre trabalho e capital. Para Jakobsen, Martins e Dombrowski (2001, p.13-14), “[...] essas atividades se utilizam de pouco capital, técnicas rudimentares e mão de obra de baixa qualificação. Também proporcionam empregos instáveis de reduzida produtividade e baixa renda”.

É nesse contexto de informalidade que as atividades acontecem na ACQJBV, cujas características principais são a baixa rigidez organizacional, pouca complexidade estrutural e a pequena divisão de trabalho. Para França Filho (2004) experiências como essas que ocorrem entre os membros da comunidade são:

[...] marcadas por uma dinâmica comunitária do ponto de vista interno, mas ao mesmo tempo abertas ao espaço público - isto é, voltadas para o enfrentamento de problemáticas públicas locais -, são alguns elementos que parecem constituir uma primeira característica central do fenômeno da economia solidária (FRANÇA FILHO, 2004, p. 3).

Para os membros da comunidade, uma Economia Solidária deve ser pautada em práticas de produção, consumo e finanças orientadas pelos princípios da autogestão, isto é, da plena igualdade de direitos sobre o empreendimento de todos. Como nos aponta Singer (2000), no trabalho coletivo, a confiança e a ajuda mútua são essenciais para que possam competir e não é possível que haja aqueles que se beneficiam em função de outros.

Para o grupo, a Economia Solidária reacende a ideia de coletividade, de práticas geradas para proporcionar ganhos fora do assalariamento formal, envolvendo ações de mulheres que sempre viveram à margem dos direitos trabalhistas. Neste tipo de práticas, a gestão do empreendimento é feita pelos interessados, bem como a propriedade social dos meios de produção, além do



fato de que o controle do empreendimento e o poder de decisão, pertencer ao conjunto de trabalhadores (GAIGER, 2003).

2.2. O grupo de tambor

Para a instalação do grupo de tambor na CQJBV houve inicialmente um trabalho de convencimento e persuasão de alguns de seus integrantes, ressaltando que sua criação seria importante para a comunidade como uma das estratégias para estabelecer territorialidades ao grupo visto que seria um processo de (re)criação de identidade. Assim, começou-se a adesão, entre os membros da comunidade, convidando aqueles que tinham potencial para compor o grupo, seja tocando os tambores ou dançando.

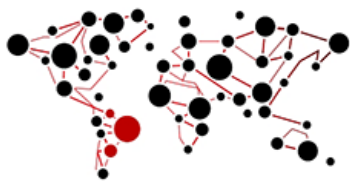
É importante perceber que, nesse momento, buscou-se usar daquilo que a comunidade já tinha, mas que estava oculto e de certo modo desprestigiado. No conjunto, as práticas envolvendo ritmos musicais e danças reúnem saberes que várias pessoas possuíam, mas que as pressões do tempo e do espaço se encarregaram de esvanecer.

Essa retomada das práticas culturais foi algo importantíssimo, pois, propiciou a inclusão das gerações jovens, socializando saberes que estavam latentes nas antigas gerações. Incluir os mais velhos no projeto significou compreender as aquelas pessoas que tinham vivenciado os usos dos tambores nas festas das fazendas, nas novenas, nos momentos de juventude quando as forças do corpo ainda lhes possibilitava passar noites dançando.

Portanto, foi a partir das lembranças dos pais e avós, de um passado não muito distante e das memórias de vários companheiros, trocando saberes, que o grupo foi se estruturando:

Ai vim, sentei com minha mãe, ela explicava. Eu peguei tia Antônia, que a gente pra poder fazer esse conhecimento, essa prova do saberes a gente tem que buscar os mais velhos [...] ela já dançava e ela dançou e ensinou nós a dançar. E ela falava assim: fulano é bão, porque quando o pai dança, toca, tem alguém. Oh, pega ciclano, ciclano dá conta (Entrevista realizada em dezembro de 2017).

Imbuída desse projeto envolvendo sonho e estratégias territoriais, a comunidade esforçou-se na busca por informações sobre onde os tambores



poderiam ser confeccionados. Além disso, precisava angariar recursos para composição ou aquisição dos mesmos.

2.3. A territorialização pelo saber

O território é produzido a partir das relações sociais no tempo e no espaço à medida que determinado grupo se apropria culturalmente do espaço. Nesse sentido, à medida que a comunidade quilombola foi se territorializando, seus membros foram constatando que seria necessário ampliar suas conquistas e que além do artesanato e da formação do grupo de tambor, outro ponto chave para a conquista do território seria o trabalho desenvolvido *nas e pelas* escolas.

A necessidade de transformar tais instituições educacionais em escolas com orientação quilombola advém da percepção de alguns membros da comunidade de que os processos territoriais políticos e sociais coincidem com outros processos de territorialização, isto é, simbólicos e ideários. O dizer de uma das entrevistadas evidencia a consciência por parte de alguns membros, sobretudo a respeito da certificação dessas escolas. A afirmação étnica a partir do ensino é um importante passo no fortalecimento e asseveração da identidade da comunidade visto que nelas é possível discutir aspectos culturais, valorização e reconhecimento por parte dos próprios alunos:

Essa construção de identidade e certificação da escola é um processo que a gente sabe, como quilombola, a gente sabe da importância que tem. Primeiro, que vai trabalhar nossa cultura dentro do município. Que se nós já tivesse escolas já trabalhando essa questão da nossa cultura, afrodescendente, nosso povo, talvez nossos alunos, nosso povo quilombola tinha mais conhecimento da sua cultura. necessidade deles fazerem juntamente com a parceria com a busca da comunidade quilombola. (Entrevista realizada em dezembro de 2017).

A partir do conteúdo da fala, percebe-se que para a comunidade a certificação dessas escolas como quilombolas comparece no cotidiano, como importante estratégia no jogo político, nas possibilidades de afirmação étnico, cultural e social que podem advir dessa nomeação. A começar pela conquista de uma dieta alimentar diversificadas nos seus componentes, pois, nessas



escolas os alunos recebem uma alimentação diferenciada, inclusive com a inclusão de alimentos vinculados à cultura negra.

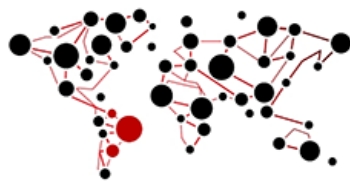
Além disso, é desejo da diretoria que se construa uma Matriz Curricular na qual a história e elementos da cultura negra estejam presentes. A comunidade também deseja que, juntamente com os conteúdos propostos na matriz curricular, se trabalhe a autoestima das crianças e que elas tenham orgulho de ser negras e remanescentes dos quilombos.

Ele tem que ter orgulho da sua cultura. Ele que tem que gostar de ser um negro, de ser um quilombola(...) só através de um benefício. Eu falo, hoje tá fácil Uruaçu. Você quer se autodefir, reconhecer (Entrevista realizada dezembro de 2017).

Com a criação dessas escolas espera-se que haja um reconhecimento afirmativo da cultura negra vinculada a uma perspectiva de que o negro é um sujeito de direitos, que deve lutar para tê-los em detrimento de todo um passado de exploração e subalternidade. Assim, se espera o envolvimento das famílias na construção de um ensino e de uma escola comprometida com as pertencas e identidade do negro quilombola de Uruaçu.

3 – Metodologias

Os dados para a elaboração do trabalho foram obtidos, majoritariamente por meio da observação aliada às entrevistas. Essas últimas possibilitaram alargar o foco inicial da pesquisa, bem como alcançar subjetividades e vivências no processo de pertencimento e construção da identidade quilombola. As entrevistas que proporcionaram aprofundamentos sobre os modos de vidas e suas práticas cotidianas foram gravadas e transcritas. Como instrumento metodológico também foi feito um registro das práticas sociais a partir de fotografias e filmagens que auxiliaram na descrição do processo de criação e elaboração das peças de artesanato, revelando os detalhes dos procedimentos, bem como na análise das tensões que envolvem tal produção. Esse registro visual ampliou as possibilidades de compreensão propostas nesse estudo, pois, nos proporcionou documentar momentos ou situações que ilustram o cotidiano vivenciado.



4 – Resultados

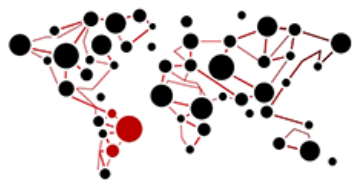
A história dos quilombolas de Uruaçu se estabelece no lugar vivido. Ela se manifesta a partir de formulações, de ideias e de sentidos relativos à sua afirmação étnica. Assim, parte da CQJBV se envolveu em um trabalho de convencimento de seus integrantes no sentido de que era necessário criar para a comunidade jeitos de se representar, tornando-se conhecida e respeitada. À vontade e o discurso evocando a identidade, foi impregnando o lugar vivido de autenticidades.

A produção do artesanato, pautada na Economia Solidária na qual o grupo se junta para dar forças aos membros envolvidos, mesmo que de maneira reduzida, tem trazido inúmeros benefícios sociais e culturais às mulheres, notadamente, no que diz respeito ao empoderamento e visibilidade social. Essa participação tem conferido relativa autonomia, dignidade e resgate da autoestima de forma significativa. A escolha pelas bonecas e demais tipos de artesanato tem possibilitado valorização e uso da cultura da comunidade quilombola repercutindo em formas de empoderamento dos membros.

Outro aspecto a ser destacado é que confecção de um artesanato com uma logomarca exclusiva da comunidade e que remonta às suas origens africanas, tem proporcionado uma estética diferente entre as peças confeccionadas e um sentimento de pertencimento quilombola entre aquelas mulheres.

No tocante ao grupo de tambor, destacamos que sua criação tem se apresentado como principal instrumento para reafirmar a cultura quilombola entre os seus participantes. Como membros de uma comunidade, sentem-se como gentes pertencentes ao lugar. Tal fato decorre da capacidade das pessoas se reinventarem, estabelecendo reversões daquilo que acontecia com as suas existências no lugar. Antes de sua criação, seus componentes tinham dificuldade em se apresentar como quilombola e também de se expor em uma sociedade na qual durante anos não eram, sequer notados.

Com relação às escolas, podemos afirmar que a CQJBV, a partir de suas lideranças compreendeu a importância de se ter escolas quilombolas para reforçar as suas identidades, afirmarem-se culturalmente e demarcarem território. Percebemos que essa demarcação decorre da legislação e também



pela influência e orientação de pessoas envolvidas em lutas organizadas a partir de movimentos sociais.

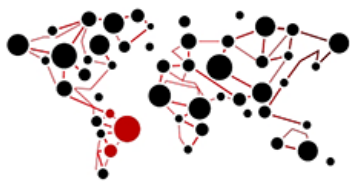
5- Conclusões

Os membros da comunidade quilombola João Borges Vieira, após oito anos de seu reconhecimento pela FCP, têm avançado bastante no processo de afirmação étnica do grupo ao desenvolver ações de afirmação territorial a partir do artesanato, do grupo de tambor e das escolas de orientação quilombola. No entanto, enfrenta vários problemas internos inerentes à sua própria dinâmica. Assim, compreendemos que sua existência dependerá das ações realizadas pelas lideranças da comunidade no sentido de despertar em outras pessoas, principalmente nos jovens, o senso de responsabilidade e compromisso com a manutenção do seu território. É vital que as escolas de orientação quilombola cumpram o seu papel para, juntamente com a comunidade, reforçar o sentimento de pertença por meio de um currículo que evidencie a história dos negros bem como a importância de uma associação que os represente e luta por seus direitos.

6- Referências Bibliográficas

Livros

- BAUMAN, Z. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru, EDUSC, 1999.
- FRANÇA, V. R. V (org.). **Imagens do Brasil**: modos de ver, modos de conviver. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.
- HOBSBAWM, E; RANGER, T. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- JAKOBSEN, K; MARTINS, R; DOMBROWSKI, O (orgs.) **Mapa do trabalho informal – perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo**. 2. ed. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2001.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.
- SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. 3. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.
- SINGER, P. **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.



Revistas científicas

CICHOSKI, P; SAQUET, M. A. Concepções de Geografia, espaço e território nos Anais do IV Seminário Estadual de Estudos Territoriais e II Seminário Nacional sobre Múltiplas Territorialidades. **Sociedade e Território**. Natal, v. 23, nº 2, p. 146-158, jul./dez. 2011.

FRANCA FILHO, G. C. A problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública?. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 01-18, Mar. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512004000100004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 02 nov. 2018.

Fontes eletrônicas

GAIGER, L. I. G. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003. Disponível em http://www.cultura.ufpa.br/itcpes/documentos/eco_sol_mod_cap.pdf Acesso em: 20 de ago. 2017.